

A Democracia no Brasil: o que nos é permitido esperar?

Marcelo Perine^{*}

Resumo: O texto parte do conceito de democracia formulado na reflexão filosófica de H. C. de Lima Vaz e da análise filosófica dos limites da democracia em um mundo de tensões feita por Eric Weil. Em seguida, recorre aos instrumentos da ciência política e da sociologia para apresentar os impasses e a encruzilhada em que se encontra a democracia brasileira no momento atual. Apresenta, finalmente, quatro imperativos para a ação política dos sujeitos da democracia, que permitem resgatar a esperança na realização progressiva de uma ideia reguladora e normativa de democracia que revele a essência ética do político.

Palavras-chave: Democracia; Dignidade humana; Liberdade; Participação; Ação.

Abstract: The text starts from the concept of democracy formulated in the philosophical reflection of H. C. de Lima Vaz and from the philosophical analysis of the limits of democracy in a world of tensions made by Eric Weil. He then resorts to the instruments of political science and sociology to present the impasses and the crossroads in which Brazilian democracy finds itself nowadays. It presents, finally, four imperatives for the political action of the subjects of democracy, that allow to rescue the hope in the progressive realization of a regulatory and normative idea of democracy that reveals the ethical essence of the politics.

Keywords: Democracy; Human Dignity; Freedom; Participation; Action.

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A convocação desse XI Colóquio Vaziano assinala, oportunamente, que a lúcida reflexão de Lima Vaz sobre “Democracia e Sociedade”, publicada como Editorial do número 33 (janeiro-abril de 1985) da *Revista Síntese* (LIMA VAZ, 1985, pp. 5-19), situa-se no quadro conjuntural da “transição democrática” então vivida pelo Brasil. Antes de extrair um conceito de democracia a partir deste e de outro luminoso texto de Lima Vaz (LIMA VAZ, 1988, pp.11-25), como pressuposto teórico para a tentativa de responder à pergunta sobre o que nos é permitido esperar da democracia no Brasil, faço algumas observações preliminares particularmente relevantes para a presente reflexão.

^{*} Professor Associado da PUC-SP; e-mail: mperine@gmail.br. A minha participação no XI Colóquio Vaziano teve apoio institucional do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da PUC-SP, edital 2018/1.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para o fato de que a reflexão de Lima Vaz sobre Democracia e Sociedade não pode ser compreendida apenas no contexto da conjuntura sociopolítica da assim chamada transição democrática no Brasil a partir de 1984. Os temas implicados nessa questão estão presentes de longa data na reflexão de Lima Vaz. Para citar um único exemplo, em 1977 ele publicou um texto na *Revista Eclesiástica Brasileira*, intitulado “Antropologia e direitos humanos”, que foi refundido para constituir o capítulo quarto, “Ética e Direito”, dos *Escritos de filosofia II. Ética e Cultura*. Na conclusão desse capítulo, Lima Vaz aponta o paradoxo de uma situação na qual se tinha, por um lado, o crescente reconhecimento da relevância política dos direitos humanos e, por outro, a crise das concepções do homem provocada pelo advento das ciências humanas e pelo predomínio da ideologia individualista, que torna problemática a relação do indivíduo livre com valores universais reconhecidos e aceitos pela sociedade. E arremata:

Reside aí a raiz provável do paradoxo de uma sociedade obsessivamente preocupada em definir e proclamar uma lista crescente de direitos humanos, e impotente para fazer descer do plano de um formalismo abstrato e inoperante esses direitos e levá-los a uma efetivação concreta nas instituições e nas práticas sociais (LIMA VAZ, 1988b, p.174).

Em seguida, observo que no final de uma aula conclusiva de um curso de extensão sobre Filosofia no Brasil, no Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG, segundo semestre de 1981, publicado no número 30 (janeiro/abril de 1984) da *Revista Síntese*, Lima Vaz afirma peremptoriamente:

O Brasil, é forçoso reconhecê-lo, apresenta hoje uma das sociedades mais dramaticamente injustas entre quantas existem sobre a face da terra. Trata-se de uma injustiça não só estrutural, mas como que inerente ao seu *ethos* profundo, à prática política e social das gerações sucessivas que modelaram a nossa tradição nacional. É, pois, para a sociedade brasileira uma questão de vida ou de morte o interrogar-se criticamente sobre a sua história e sobre o seu destino, sobre as alternativas que se lhe oferecem e sobre a necessidade de encontrar estilos viáveis dessa forma mais alta de racionalidade que é a racionalidade do consenso, da convivência justa (LIMA VAZ, 1984, p.24).

Em terceiro lugar, observo que a reflexão sobre Democracia e Sociedade foi antecipada no “Comentário sobre a pesquisa Brasil, sociedade democrática”, no volume com o mesmo título, publicado em 1985 por Helio Jaguaribe (LIMA VAZ, 1985b, pp. 480-485), citado no Editorial como ainda inédito e apresentado como

um vasto díptico histórico-teórico no qual o problema da democracia brasileira é situado na ampla perspectiva da origem e evolução da experiência democrática da Grécia a nossos dias, caracterizada como experiência política típica do ciclo civilizatório do Ocidente; e a retomada dessa experiência na formação política do Brasil como nação ocidental periférica é estudada nas suas vicissitudes ao longo da nossa história de nação independente e nas suas perspectivas atuais. (LIMA VAZ, 1985, pp.5s.)

Escreve Lima Vaz no comentário à pesquisa:

Neste sentido será talvez permitido dizer que, após esses anos sombrios de anomia, de permanente violação da ordem jurídica, de ausência de uma Lei Magna, a sociedade brasileira, dependurada precariamente a uma chamada Emenda Constitucional, continuamente rasgada e remendada, regrediu ao estágio de sociedade pré-política, onde as formas de dominação arbitrária predominam na urdidura do tecido social, com o consequente espantoso crescimento do desrespeito sistemático à lei, ou seja, da barbárie organizada, se assim se pode falar (LIMA VAZ, 1985b, p. 482).

Essas observações preliminares indicam que a reflexão de Lima Vaz sobre Democracia e Sociedade não está circunscrita ao quadro meramente conjuntural da assim chamada “transição democrática”, mas traduz uma aguda apreensão do tempo no conceito de democracia que pretendeu formular.

1. O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM LIMA VAZ

Não é casual que o texto de 1985 tenha começado com a afirmação de que o fim do ciclo autoritário pôs a questão da democracia como tema privilegiado de reflexão para os que se preocupavam com o destino político do Brasil, convencidos de que a exaustão do ciclo autoritário só poderia desembocar numa transição democrática. Tal convicção repousava sobre o pressuposto de que, por força de uma “dialética dos opostos que rege o curso dos acontecimentos históricos”, a democracia, entendida como “a forma mais alta de organização política a que pode aspirar uma sociedade”, tomaria o lugar da forma autoritária de governo. A evidência que caracterizava a transição democrática situava a reflexão sobre a democracia entre o polo da afirmação de um *ideal* e o da necessidade *histórica* da construção democrática, portanto, como um movimento que “vai da interrogação sobre a natureza da democracia à análise das condições históricas concretas que a sociedade brasileira [...] oferece à efetivação do ideal democrático” (LIMA VAZ, 1985, p. 5).

O ponto de partida histórico da reflexão de Lima Vaz sobre o *ideal* de democracia é a civilização grega, na qual a soberania da lei tomou o lugar do arbítrio despótico no governo da cidade e criou as condições para o exercício de uma razão política, tanto na discussão sobre a melhor forma de governo, quanto na prática da vida política como forma mais alta de convivência entre os homens. A ideia e a prática democrática passaram então a delimitar “um espaço de significação de natureza eminentemente axiológica”, no qual “encontra seu fundamento a eminente dignidade ética do político” (LIMA VAZ, 1985, p. 6).

É a essência ética do político que permite pensar a superioridade da forma democrática no espaço da vida em comum dos indivíduos na cidade, cujos predicados irrenunciáveis são a igualdade dos cidadãos perante a lei (*isonomia*); a equidade da lei (*eunomia*), aos quais se acrescenta o direito de falar (*isegoria*), participar e decidir diretamente na assembléia dos homens livres, símbolo-real da totalidade do corpo político. A fugaz experiência grega de democracia direta, “desvendou de um lado, com fulgurante evidência, a natureza ética da ação política e, de outro, manifestou na participação democrática e no exercício político da liberdade a radicalidade das suas exigências” (LIMA VAZ, 1985, p. 7). Já se encontra aqui o núcleo do conceito de democracia no pensamento de Lima Vaz: trata-se de uma “ideia reguladora e normativa” ou de um ideal que revela a “essência ética do político” (LIMA VAZ, 1985, p.8), com o qual se deve confrontar as efetivas práticas democráticas que pretendam construir ou reconstruir uma experiência democrática viável.

Esse conceito é problemático, em primeiro lugar, porque o “pressuposto necessário mas não suficiente da ideia de democracia” (LIMA VAZ, 1985, p.8) não pode ser pensado em termos quantitativos ou aritméticos, como ocorre no pensamento político moderno, no qual os indivíduos são reduzidos a “átomos movendo-se num espaço social isotrópico”, justamente porque as teorias políticas modernas repousam na “hipótese insustentável da igualdade *natural* entre os homens da qual resultaria a constituição da sociedade pelo pacto de associação entre iguais”. A ideia de igualdade política forjou-se, no pensamento grego, pela supressão das irreduzíveis diferenças naturais, em que “a igualdade dos indivíduos é a das carências e da exigência da sua satisfação”, no âmbito do político entendido como o “da relação entre os homens que se tece exatamente como relação da *igualdade na diferença*” (LIMA VAZ, 1985, p.9), ou “da igualdade *reconhecida*” sob a égide da ideia de justiça, matriz conceptual do Estado fundado sobre a lei ou do Estado de Direito (LIMA VAZ, 1985, p.10).

Esse conceito também é problemático porque no mundo moderno o econômico tornou-se uma dimensão do político, tendo introduzido na esfera da igualdade política a igualdade chamada por Hegel de abstrata, que caracteriza os indivíduos diante da natureza como seres de necessidades. Liberdade econômica e liberdade política, embora essencialmente diferentes, acabaram por fundir-se de maneira irreversível na “confusa e ambígua igualdade social sobre a qual se tenta construir a ideia moderna de democracia” (LIMA VAZ, 1985, p.11). Segue-se daí que uma razoável solução do problema da satisfação das necessidades passa a ser pressuposto e condição de efetivação da igualdade

política. Como afirma Lima Vaz, “a adequada relação do grupo humano com a natureza como fonte de recursos (trabalho) passa a condicionar decisivamente a efetiva relação dos indivíduos entre si como sujeitos do direito (reconhecimento)” (LIMA VAZ, 1985, p.12).

Além do adequado enfrentamento do caráter duplamente problemático da ideia de igualdade política, a reinvenção moderna do conceito de democracia exige uma radicalização da dialética da igualdade na diferença já assegurada no nível do político, de modo que a igualdade seja “conservada na diferença das liberdades que se fazem presentes no espaço político na singularidade irredutível da sua autonormatividade, a intransferível carga da sua responsabilidade pessoal” (LIMA VAZ, 1985, p.12). Trata-se, portanto, de fazer que a ideia de liberdade ocupe na comunidade democrática a mesma posição de matriz conceptual ocupada pela ideia de justiça na comunidade política.

A ideia de liberdade dos indivíduos-cidadãos faz da comunidade democrática a forma superior da comunidade política na medida em que os cidadãos, como indivíduos livres, são chamados a responder tanto aos imperativos da justiça expressos na universalidade da lei, fundamento da relação de igualdade, como às exigências da sua consciência moral a ser traduzidas nas ações virtuosas, cujo fundamento é a relação de liberdade. Eis porque, segundo Lima Vaz, “o problema fundamental da comunidade democrática é o problema da *arete*, da justiça na alma como virtude ou disposição permanente (*hexis* ou hábito)”. Segue-se daí que um processo de democratização ou redemocratização deva ser pensado como “articulação das condições concretas do exercício das liberdades políticas às exigências morais do projeto democrático” (LIMA VAZ, 1985, p.13).

Afirmar que “na democracia a liberdade política ou é constitutivamente moral ou não é autêntica liberdade”, não é pregar um moralismo abstrato, pois o exercício das liberdades políticas inclui, necessariamente, “uma solução razoável do problema da satisfação das necessidades”, bem como o “direito ao reconhecimento do universo da lei” (LIMA VAZ, 1985, p.13). Do mesmo modo, não é moralismo falar de exigências morais do projeto democrático, posto que, como afirma Lima Vaz em outro lugar,

não há democracia sem uma mobilização da consciência moral dos cidadãos, quer dizer, da consciência dos cidadãos da sua responsabilidade moral na participação política; eventualmente, também, na gestão do político, uma vez que a democracia é essencialmente participativa (LEOPOLDO E SILVA, 1997, 77-102 [101]).

Esse conceito de democracia é retomado no texto de 1988, *Democracia e dignidade humana*, já citado anteriormente. Nesse texto Lima Vaz cumpre a tarefa teórica de estabelecer “a proposição que afirma ser a democracia, no plano político, a expressão mais adequada da dignidade humana” (LIMA VAZ, 1998, p.11). Essa tarefa se impõe, a partir do surgimento dos regimes democráticos modernos, como a de “formulação de um conceito de democracia dotado de predicados axiológicos que definem sua excelência

como regime político, justamente no momento em que se consuma a separação entre Ética e Política” (LIMA VAZ, 1998, p. 12).

Duas proposições teóricas resultam do “enfoque histórico” do surgimento dos regimes democráticos modernos. A primeira é que “o mais grave desafio com o qual se defronta a democracia no mundo atual é representado, provavelmente, pela integração do ‘social’ no ‘político’” (LIMA VAZ, 1998, p.15). A segunda afirma que, nas sociedades políticas do Ocidente, “a relação entre democracia e dignidade humana permanece uma norma à espera das condições que permitam seu efetivo cumprimento na prática política e uma proposição teórica à espera de convincente demonstração” (LIMA VAZ, 1998, p. 16).

Na segunda parte do texto pretende demonstrar de maneira convincente essas proposições teóricas, por um enfoque filosófico que assume a moderna noção de dignidade humana “no nível de uma conceptualidade filosófica adequada a articulá-la à ideia de democracia”, de modo a “recuperar no plano *ético* a noção de *dignidade humana* e articulá-la com a ideia de *democracia*, essa igualmente reformulada na perspectiva de uma unidade orgânica entre Ética e Política” (LIMA VAZ, 1998, p.17). Essa demonstração se revela convincente ao termo da análise da sociedade política ocidental, do ponto de vista da sua organização, em três níveis ou momentos lógico-dialéticos da sua constituição. Esses níveis são: 1) o do social, definido antropologicamente pela relação intersubjetiva, no interior da qual a relação do trabalho ou da luta para a satisfação das necessidades se apresenta como a mais elementar na gênese conceptual do político; 2) o nível do político, regido pela dialética da igualdade na diferença, que surge pela supressão da igualdade *abstracta* do primeiro nível na igualdade *concreta* estabelecida pela matriz conceptual da ideia de justiça formulada na lei, e, 3) o nível qualitativamente novo do democrático, assinalado pelo aprofundamento decisivo da igualdade na diferença, proporcionado pela nova matriz conceptual, que não é mais a ideia de justiça mas a de liberdade participante (LIMA VAZ, 1998, pp. 18-20).

Mais uma vez a democracia é afirmada como ideia reguladora do universo conceptual do político, não como ideia utópica, mas como alvo perseguido pela razão política que pretenda responder às exigências da essência moral da democracia, a começar pela solução justa e razoável ao problema da satisfação das necessidades; em seguida, pela adequada resposta política às exigências morais decorrentes do direito do cidadão ao reconhecimento no universo da lei e, acima de tudo, da sua consciência moral posta diante das tarefas do bem comum. Novamente a ideia de democracia é pensada a partir das exigências éticas intrínsecas à ação política como “a expressão adequada no campo político, da essencial dignidade do homem, que reside no seu ser moral” (LIMA VAZ, 1998, p. 21).

Na conclusão do artigo, de maneira surpreendente, Lima Vaz manifesta a sua convicção sobre como passar da afirmação de um *ideal* para a necessidade *histórica* da construção democrática:

Podemos, pois, afirmar, *com absoluta certeza*, que qualquer intento de efetivação de uma democracia real coloca em primeiro plano as exigências éticas da ação política. É nesse plano que irá decidir-se, afinal, o êxito da experiência democrática e, com ele, o destino da liberdade nas sociedades contemporâneas, vem a ser, o próprio destino do homem político, como ser dotado de uma essencial dignidade (LIMA VAZ, 1998, p. 22).

Digo que algo é surpreendente nessa conclusão porque, salvo melhor juízo, a expressão “com absoluta certeza” é um *hápax* em toda a obra filosófica de Lima Vaz.

2. PROBLEMAS E LIMITES DA DEMOCRACIA

Uma ideia reguladora não surge numa tradição de pensamento independentemente das condições históricas dessa mesma tradição. Mas a efetividade histórica de uma ideia reguladora, como a de democracia, não é uma questão de necessidade ou de destino, mas diz respeito à decisão de passar à ação. No caso da democracia, a sua efetivação enfrenta problemas e limites inerentes ao próprio conceito.

Um grande pensador da política no século XX, Eric Weil (1904-1977), produziu dois textos sobre a democracia, num momento particularmente carregado de expectativas nas democracias ocidentais modernas. Pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, quando as sociedades envolvidas no conflito ainda não tinham se desvencilhado totalmente dos escombros da destruição, Weil publica, em 1950, um texto sobre os “Limites da democracia” (WEIL, 1950, pp.35-39), e em 1951, num volume que reuniu as contribuições a um simpósio preparado pela UNESCO, uma reflexão sobre “Democracia em um mundo de tensões” (WEIL, 1951, pp. 425-442)¹.

As democracias modernas, segundo Eric Weil, podem ser caracterizadas por alguns traços herdados da definição clássica:

a igualdade de todos os cidadãos diante da lei, a aquisição de direitos para todos os habitantes de um determinado território, ou pelo menos para aqueles que nele nasceram ou atualmente residem; um governo nomeado por todos os cidadãos e submetido ao seu controle, a igualdade de condição de elegibilidade para os cargos públicos e a proteção dos cidadãos contra a perseguição pública por razões de opinião (WEIL, 2018, p. 215).

A esses traços se acrescentam duas cláusulas de grande importância:

¹ Esse texto foi traduzido por Judikael Castelo Branco, e publicado, com uma excelente introdução (p. 209-213), na *Revista Argumentos* (UFC), ano 10, n. 19, jan./jun. 2018, p. 214-226. Todas as citações remetem a essa tradução.

1. As condições sociais não devem apenas levar o cidadão aos seus direitos, mas à possibilidade de participar da vida política do Estado (educação, liberdade das pressões econômicas, acesso às informações importantes, etc.). 2. Em vista da influência capital das condições materiais de vida para a consecução desse fim, os governos devem se esforçar para a constante melhoria das condições de vida dos cidadãos (WEIL, 2018, p. 215).

Definida como um sistema político em vista do progresso material e moral dos cidadãos, tudo indica que esse fim da democracia só pode ser alcançado pela ação consciente e organizada do Estado, que deve buscar o verdadeiro interesse dos cidadãos, promover o progresso material pela eliminação da violência e, portanto, promover o desenvolvimento moral na direção do ideal da não-violência. O pressuposto da democracia é que “o homem é um ser razoável, isto é, que os problemas que o homem enfrenta em sua vida comunitária podem ser formulados e resolvidos em termos científicos e, portanto, com o acordo de todos os homens razoáveis” (WEIL, 2018, p. 216). Ora, o primeiro problema da democracia é como garantir a coincidência entre os interesses (valores) dos cidadãos e o/os da comunidade?

Esse problema aponta para o fato de que

a democracia só pode ser realizada se todos os valores de todos os grupos estiverem sujeitos à *discussão universal*. Enquanto houver valores que sejam, ao mesmo tempo, irreconciliáveis e estejam em ativa oposição, a democracia perfeita não pode ser alcançada. Em outras palavras, para que a democracia seja possível, o Estado deve ser organizado de tal modo que os valores irreconciliáveis e conflitantes (essas duas condições não são idênticas) não provoquem um choque violento (WEIL, 2018, p. 217).

De onde se segue que “não haverá democracia se o sistema político excluir uma parte do povo da discussão acerca dos fins e dos meios e quando essa parte for determinada por características consideradas não passíveis de modificação pela razão dos seus membros” (WEIL, 2018, p. 217).

O pressuposto da democracia acima enunciado, de que o homem é um ser razoável que pode entrar em acordo com todos os homens razoáveis e que um compromisso é possível entre as exigências do bem (para o povo) e o contentamento (do povo), na verdade é um postulado antropológico, que “não pode ser comprovado nem refutado pela experiência”. Embora não seja uma declaração de fato, esse postulado, “ao sistematizar a experiência, comunica à ação uma certa direção, logo, a ação não é mais determinada só por suas condições, mas também por seus escopos” (WEIL, 2018, p. 221).

Daí se segue que na democracia, entendida como “o direito de todo cidadão de participar de uma discussão aberta, sem recurso à violência, que visa à elaboração de decisões destinadas a favorecer o bem comum, levando em conta, na medida do possível, quer os desejos dos cidadãos, quer as condições sociais e políticas (externas) prevalecentes”, o segundo problema é o da tolerância, mais precisamente, “o problema de delimitar os direitos de oposição e de crítica” (WEIL, 2018, p. 224). É certo que a democracia pode e deve permitir a expressão de todas as opiniões, como é certo que ela “pode e deve se opor a qualquer organização que esteja pronta para usar a violência para assumir o poder e para se manter nele”. O que está em questão aqui é o direito e o dever da democracia de “não deixar indefesa a liberdade de discussão” (WEIL, 2018, p. 225).

Os dois problemas acima brevemente enunciados são suficientes para apontar o limite fundamental da democracia. Concebida como um sistema de livre discussão em evolução, da qual todos os cidadãos podem sempre participar, “a democracia se impõe um limite, o mais estrito de todos, porque é o da liberdade que quer se manter como liberdade” (WEIL, 1950, p.37). O que se exige de uma liberdade que quer se manter como liberdade é que ela

nunca recorra à violência para impor suas concepções nem aja em favor de uma forma de Estado fundada no uso da violência; exige-se que não busque imediatamente seu interesse pessoal, mas que se impregne do princípio segundo o qual qualquer vantagem, mesmo pessoal, só é real sob a condição de ser a de todos os outros cidadãos e que um fim alcançado contra o interesse de uma parte da nação é uma vitória perniciosa que contribui para a destruição da comunidade nacional, que leva à revolta dos excluídos, à ditadura, à anarquia (WEIL, 1950, p. 38).

Em última análise, de uma liberdade que quer se manter como liberdade, se exige “renunciar à violência e à mentira, não reduzir ninguém a uma situação em que a violência se mostre como o único meio para poder viver feliz e dignamente, pensar no universal, eis o que a democracia pede aos seus cidadãos” (WEIL, 1950, p. 38). Esse é o limite fundamental desse “sistema de governo concebido em vista da educação do povo para a democracia”(WEIL, 1950, p. 38). Rigorosamente falando, “a democracia plenamente realizada não existe: ela está sempre por se realizar” (WEIL, 1950, p. 39).

3. A DEMOCRACIA NO BRASIL: IMPASSES E ENCRUZILHADA²

² Em densa reflexão sobre “Sociabilidade humana e democracia”, Francisco Xavier Herrero fala de um *paradoxo* da democracia nas sociedades atuais: “A insatisfação de povos inteiros com os modelos que pretendem encarnar o ideal democrático deixa patente a contradição que se instaura, cada dia mais forte, entre os modelos concretos de democracia, sejam eles socialistas ou liberais, e o ideal democrático que surge cada dia mais profundamente no interior de cada ser humano. Essa contradição nos mostra que a

No início da citada reflexão sobre os *Limites da democracia*, Eric Weil afirma: “Nenhum sistema político é mais difícil de definir que a democracia” (WEIL, 1950, p. 35). A afirmação surpreendese confrontada com unanimidade em torno da definição de democracia como “governo do povo, pelo povo e para o povo”, do célebre *Discurso de Gattysburg* de Abraham Lincoln, da qual se apropriaram os mais diferentes regimes políticos para reivindicar sua adequação à tríplice relação de governo e povo nela expressa.

O Preâmbulo da Constituição Brasileira de 1988 afirma que ela foi promulgada pelos “representantes do povo brasileiro”, para

instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Preâmbulo).

A *singeleza* com que os representantes do povo brasileiro definem o destino do Estado Democrático, somada à *clareza* com que o do Parágrafo único do Artigo 1º afirma que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, e acrescida da *convicção* com que definem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no Artigo 3º, a saber,

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Artigo 3º)

não deixa dúvida de que a nossa Constituição é de caráter teleológico e a nossa democracia é de tipo deliberativo³.

democracia, antes de chegar a ser representada pela imagem de tal ou tal forma democrática concreta, existe como paixão, como desafio e como aposta pelo homem e para o homem”. Cf. HERRERO, F. J. *Estudos de ética e filosofia da religião*, São Paulo, Loyola, p. 105-134 (p. 106).

³ No horizonte da teoria clássica da razão prática, ou seja, a razão envolvida na orientação da ação, uma constituição teleológica “incorpora um certo ideal de vida humana ou [...] impõe um ideal de ‘vida boa’, de vida plenamente realizada como finalidade (*telos*) da existência dos seres humanos”. (BARZOTTO, 2005, p. 28). Para a concepção de democracia deliberativa, ver BARZOTTO, 2005, pp. 39-83, e para a análise da democracia na Constituição de 1988, ver BARZOTTO, 2005, pp.174-206.

Não pretendo aqui, por total incompetência, fazer qualquer tipo de análise que evidencie as incongruências entre o que se poderia chamar de “adornos retóricos” do texto e o *domínio dos fatos*, nesses 30 anos que nos separam da proclamação da que foi batizada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de “Constituição cidadã”. Para suprir minha incompetência no campo da ciência política, recorro às competentes análises de Leonardo Avritzer em livro recentemente lançado, cujo título é *Impasses da democracia no Brasil* (AVRITZER, 2016)⁴.

Correndo o risco da simplificação, quero apenas assumir alguns elementos das análises de Avritzer. Segundo o autor, o impasse da democracia brasileira está centrado em cinco elementos:

os limites do presidencialismo de coalizão, isto é, a deslegitimação da forma de fazer alianças, característica da democracia brasileira desde 1994; os limites da participação popular na política, que tem crescido desde 1990 e é bem-vista pela população, mas não logra modificar sua relação com a representação; os paradoxos do combate à corrupção, que avança e revela elementos dramáticos da privatização do setor público no país, os quais terminam por deslegitimar ainda mais o sistema político; as consequências da perda de status das camadas populares a partir do reordenamento social provocado pela queda da desigualdade; por fim, o novo papel do Poder Judiciário na política (AVRITZER, 2016, p.9).

Cada um desses elementos foi submetido a rigorosa análise na obra de Avritzer.

O autor, entretanto, não se limita a indicar os elementos do impasse, mas aponta também quatro pontos importantes, com seus respectivos desafios, para que a democracia brasileira saia dos impasses que ela mesma criou, a saber:

os limites do exercício da oposição, os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação e os limites do combate à corrupção. Cada um envolve um desafio: o de ser oposição democrática; o de realizar coalizões que não sejam destrutivas do Estado e da governabilidade; o de ampliar a participação social para a área de infraestrutura para democratizá-la; e o de tornar o Estado brasileiro mais imune à incidência da corrupção! (AVRITZER, 2016, p.112).

Em última análise, são dois os maiores desafios para a qualidade da nossa democracia:

⁴ O livro de Avritzer, embora publicado antes do golpe de agosto de 2016, não pode ser considerado um livro datado, pois suas análises têm sido dramaticamente confirmadas nesse período de exceção e de ruptura do Estado Democrático de Direito iniciado com a deposição da presidenta Dilma Rousseff.

De um lado, o país precisará romper com os elementos de intolerância que se manifestam na oposição, seja aquela que está no Congresso e a que se manifesta nas ruas, como nos grupos de apoio ao Governo. De outro lado, para ultrapassar esse período de impasse na democracia brasileira, é necessário tratar os problemas com soluções institucionais, tal como a democracia brasileira, desde 1988, tem atuado (AVRITZER, 2016, p.132).

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos, abre um pequeno livro cujo título é um apelo à união das esquerdas em todo o mundo, com uma longa Introdução sobre “A democracia brasileira na encruzilhada”. Ele afirma de início:

Um fantasma assombra o Brasil. As conquistas sociais e democráticas dos últimos quinze anos, que pareciam tão sólidas, desfazem-se no ar, e as organizações sociais e políticas que as promoveram parecem tão desarmadas que resulta difícil imaginar que alguma vez tivessem tido força (SANTOS, 2018, p. 11).

Segundo o sociólogo, a perplexidade diante da situação atual ameaça ser paralisante por quatro razões principais: 1) o golpe institucional que depôs a presidenta Dilma Roussef e que continuou com a perseguição e prisão do ex-presidente Lula; 2) A invisibilidade do Brasil profundo, aquela maioria que foi beneficiada pelas políticas sociais, mas também vitimada por opções políticas e econômicas cujos efeitos perversos pesaram justamente sobre ela; 3) A interferência do imperialismo norte-americano, tanto na opinião pública por meio de instituições da sociedade civil, quanto no processo político pelo financiamento de partidos que defendem os interesses do capital e das empresas multinacionais, como também pela intervenção no sistema judicial para criar estruturas de acusação agressivas, impregnadas da ideologia de independência judiciária orientada para a defesa do princípio da liberdade em detrimento do de igualdade, e da defesa absoluta da propriedade privada. Finalmente, 4) a dificuldade das formas democráticas, sobretudo de esquerda, em organizar uma estratégia de resistência e de alternativa eficaz e com credibilidade (SANTOS, 2018, pp. 11-20).

Para o sociólogo, dois desafios se apresentam nessa situação. O primeiro consiste em “agir como se a democracia estivesse funcionando com mínima consistência, sabendo de antemão que não está”, como se evidencia pela atual inversão da relação entre processos e resultados. Teoricamente, “a democracia funciona segundo a lógica de processos certos para a obtenção de resultados incertos”. Praticamente, estamos diante da “crescente incerteza dos processos democráticos, devido à manipulação a que estão sujeitos pelos monopólios midiáticos, pelo financiamento extremamente desigual das campanhas eleitorais e pela corrupção em geral”. Em contraste com a posição de Avritzer, para quem “é necessário tratar os problemas com soluções institucionais”, o segundo desafio, para o sociólogo, consiste na união das forças de esquerda, que não podem

“confiar exclusivamente na luta institucional”, e que, para recorrer “à luta extrainstitucional” devem estar em “articulação permanente com os movimentos sociais e todas as organizações populares” (SANTOS, 2018, pp. 21-23).

Não me compete, nessa instância, tomar partido entre as propostas de ação que o cientista político e o sociólogo apresentam aos desafios decorrentes dos impasses da democracia no Brasil ou da encruzilhada em que ela se encontra. Se o aprendiz de filósofo pode ser dispensado de fazer propostas concretas de ação, não pode, entretanto, renunciar ao esforço do conceito para pensar a ação. Fundado na convicção weiliana de que a realidade compreendida não é mais a mesma de antes da compreensão, acredito que o esforço de explicitação do conceito vaziano de democracia, como também o de seus limites, ofereceram elementos suficientes para compreender a realidade da nossa democracia. Para concluir, pretendo arriscar uma resposta à pergunta formulada no tema que me foi proposto para esta reflexão sobre democracia no Brasil.

O QUE NOS É PERMITIDO ESPERAR?

Confesso que minha primeira tendência seria responder à pergunta com um simples NADA! Com efeito, o que se pode esperar de uma democracia em que o estado de direito foi rompido por um golpe institucional que instalou no poder executivo uma quadrilha que despreza olímpicamente as instituições democráticas e o espírito republicano e que mantém a ocupação do Palácio do Planalto por força dos privilégios de foro e pela compra de votos para impedir que o Presidente seja processado? O que esperar de uma democracia em que 40% dos membros do Congresso Nacional na atual legislatura (2015-2018) responde a algum procedimento investigatório no Supremo Tribunal Federal?⁵ O que esperar de uma democracia em que membros do poder judiciário atropelam a lei para alimentar interesses midiáticos espúrios com vazamentos seletivos e criminosos, por exemplo, de escutas telefônicas entre advogados e seus clientes?

Haverá algo a esperar de uma democracia em que o eleitor não se chama povo, mas Mercado; uma democracia na qual quatro grupos privados – os Marinho, Civita, Frias e Mesquita – controlam a grande mídia, que atua de maneira concertada com os interesses das grandes corporações para a criação de “uma população desinformada ou assustada, mas sobretudo obcecada com o consumo” (DOWBOR, 2016)? Que esperança pode nos dar uma democracia na qual representantes do povo legitimamente eleitos são assassinados e os massacres de lideranças camponesas e indígenas permanecem impunes; uma democracia na qual as relações de trabalho, sob o eufemismo da flexibilização, são lançadas para as margens das leis laborais e as reivindicações sociais são transformadas em questão de polícia? Finalmente, mas não por último, que esperar de uma democracia que abriga um verdadeiro *apartheid*, causado “pela combinação fatal entre capitalismo

⁵ Cf. Revista Congresso em Foco (<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-sao-e-o-que-dizem-os-238-deputados-e-senadores-investigados-no-stf/>). Acesso em 07/05/2018.

(desigualdade social), colonialismo (discriminação racial) e patriarcado (discriminação sexual)” (SANTOS, 2018, p.14)?

Não é necessário estender a lista das evidências que justificariam um “nada a esperar” da democracia no Brasil. Entretanto, dado que na história da humanidade nada já nasceu feito, exceto o mal, vale a pena *mais um esforço*⁶, motivado pela convicção weiliana de que “a democracia plenamente realizada não existe: ela está sempre por se realizar” (WEIL, 1950, p.39). Se algo é possível esperar da democracia no Brasil, a expectativa não se dirige em primeiro lugar às instâncias do poder, mas ao sujeito, infelizmente oculto, da democracia: o povo, que na definição de Abraham Lincoln é seu primeiro ator e o seu destinatário último. Para tanto, a meu ver, impõe-se não apenas uma reinvenção, mas também uma desprivatização e uma democratização de nossa *difícil democracia*⁷.

Alguns elementos, na linha de problemas e de limites da democracia, assim como de desafios para a superação de seus impasses ou da encruzilhada em que se encontra, já foram apontados nas análises filosóficas, da ciência política e da sociologia que nortearam a presente reflexão. Concluo evocando quatro imperativos para a ação do sujeito da democracia – o povo –, que, a meu ver, têm o potencial de resgatar a esperança na atualização progressiva de uma ideia reguladora e normativa de democracia que revele a essência ética do político.

Compete, em primeiro lugar, aos sujeitos da democracia, isto é, a cada um de nós o esforço de romper o ambiente de intolerância e superar o clima de ódio social, permanentemente alimentados tanto pelas narrativas construídas pelos porta-vozes da história oficial a serviço da mão invisível, como pelo maniqueísmo das vanguardas do atraso, que tornam impossível uma verdadeira *discussão*. Na medida em que se define pela discussão como método de solução não violenta dos conflitos pelo compromisso, a democracia pressupõe que “nada que não possa ser discutido razoavelmente deve ser discutido no plano político” (WEIL, 2018, p. 216, nota 10)⁸.

Compete igualmente aos sujeitos da democracia responder ao desafio de tornar a participação popular “mais efetiva, mais plural e mais integrada ao sistema político existente” (AVRITZER, 20016, p.28), pela rearticulação dos movimentos sociais e das organizações populares, em vista de mover a nossa democracia representativa na direção de um conceito mais amplo de *democracia social*, caracterizado por um “processo de transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada”. Como sustenta Boaventura de Sousa Santos, “onde quer que haja luta contra o poder desigual, há processo de democratização” (SANTOS, 2016, p.133).

⁶ Aludo à obra de SAFATLE, V. *Só mais um esforço*, São Paulo, Três Estrelas, 2017.

⁷ Recorro aqui a fórmulas de Boaventura Sousa Santos. (SANTOS, 1999, pp. 83-129; SANTOS, 2016, pp. 117-169).

⁸ Remeto, mais uma vez, às reflexões de Herrero, para quem a construção da democracia é das tarefas mais árduas e complexas a realizar, “porque exige um trabalho paciente de diálogo e de integração, mas muito mais humana e mais rica porque pode articular mais e melhor as diferenças e a diversidade de situações e de comunidades humanas”. (HERRERO, 2006, p. 107).

Em terceiro lugar, compete aos sujeitos da democracia defender o princípio da transparência sem sucumbir à teatralização das redes sociais onde há mais entretenimento do que controle. Com efeito, constituir uma democracia monitorada pela transparência exige mais do que olhar; exige também participar, falar, protestar e, sobretudo, não se deixar domesticar pelos monopólios midiáticos a serviço do capital. O risco de uma *democracia ocular* é que as pessoas sejam desencorajadas a participar ou a decidir por se contentarem com supervisionar seus representantes, exercendo apenas uma soberania negativa. “Por esse caminho, a transparência seria uma estratégia de regeneração que não corresponde ao que promete e se tornaria até mesmo uma verdadeira distração democrática” (INNERARITY, 2017, p. 49).

Finalmente, compete também aos sujeitos da democracia somar esforços para “tornar o Estado brasileiro mais imune à incidência da corrupção” (AVRITZER, 2016, p. 112), conforme a proposição de Avritzer, o que exige discernimento suficiente para evitar que a corrupção passe de uma questão de aprimoramento institucional a uma “pauta seletiva utilizada contra o governo e alguns partidos, ao mesmo tempo que outras suspeitas são amplamente ignoradas” (AVRITZER, 2016, p. 130). Sobre o caráter destrutivo da corrupção, afirma Safatle:

toda e qualquer corrupção é destruição da noção de bem comum e, ao mesmo tempo, destruição da possibilidade de falar em nome do bem comum. Ela destrói o *éthos* do enunciador que se quer enunciador do novo. Na política, tão importante quanto o que você fala é sua legitimidade. Portanto, a corrupção é sempre o começo do fim da política (SAFATLE, 2017, p.76).

Na medida em que esses imperativos de ação forem assumidos pelos sujeitos da democracia será possível conjecturar um horizonte futuro como uma espécie de aposta, no sentido pascaliano, a partir de alguns indícios do presente. Nessa linha situa-se Boaventura de Sousa Santos, para quem

nunca as classes populares (os solidários dos excluídos, não necessariamente os excluídos) lutaram tanto pela democracia na esperança de os limites da democracia se transformarem um dia na democracia sem limites ou, pelo menos, na democratização dos limites... Quem aposta tem de se envolver pessoalmente na luta pelo futuro em que apostou (SANTOS, 2016, p. 135).

Concluo com uma referência aparentemente anacrônica a Demóstenes de Atenas, conhecido como “O incorruptível”. Tendo compreendido que a expansão do poder macedônico representava uma ameaça não apenas à democracia ateniense, mas a todas as cidades gregas, dirigiu a força de sua oratória contra as pretensões de Filipe II. Do conjunto de discursos conhecido como *Filípicas*, extraio a seguinte citação:

Os sábios conselheiros dos povos não podem sempre, mesmo que quisessem, ter uma linguagem agradável, pois é preciso antes de tudo visar a salvação do Estado. [...] Que fizeram os povos? Eles se livraram do peso de suas obrigações [...]cederam acreditando que tudo estava perdido. [...] Eis o destino que prevejo para vós, quando tiverdes reconhecido a impotência das reflexões tardias (DEMÓSTENES, IX *Filípica*).

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- BARZOTTO, L. F. *A democracia na Constituição*, São Leopoldo, Editora Unisinos, 2005.
- Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, Edições Câmara, 2018.
- DOWBOR, L. Prefácio: Corporações e poder político: notas do front. In: BERRÓN, G.; GONZÁLEZ, L. (Orgs.), *A Privatização da Democracia - Um catálogo da captura corporativa no Brasil* (http://www.vigencia.org/wp-content/uploads/2016/08/Vige%CC%82ncia_Cata%CC%81logo_FINAL-1.pdf).
- HERRERO, F. X. *Estudos de ética e filosofia da religião*, São Paulo, Loyola, 2006.
- INNERARITY, D. The Improvement of Democracy Trought Transparency and Its Limits. *International Journal of Philosophy*. Vol. 5, n. 5 (2017) 44-49.
- LEOPOLDO E SILVA, F. Filosofia e forma da ação. Uma entrevista de Henrique Cláudio de Lima Vaz. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 2 (1997) 77-102.
- LIMA VAZ, H. C. de, Antropologia e direitos humanos, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 37 (1977) 13-40 (*Escritos de filosofia II. Ética e cultura*, São Paulo, Loyola, 1988b, p. 135-180).
- _____. O problema da filosofia no Brasil, *Síntese Nova Fase*, 30 (1984) 11-25.
- _____. Democracia e sociedade, *Síntese Nova Fase*, 33 (1985) 5-19.
- _____. Comentário sobre a pesquisa Brasil, sociedade Democrática. In: JAGUARIBE, H. (Org.), *Brasil, sociedade democrática*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1985b, p. 480-485.

_____. Democracia e dignidade humana, *Síntese Nova Fase*, 44 (1988) 11-25.

SAFATLE, V. *Só mais um esforço*, São Paulo, Três Estrelas, 2017.

SANTOS, B. de S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global, Petrópolis, Vozes, 1999, p. 83-129.

_____. *A difícil democracia*. Reinventar as esquerdas, São Paulo, Boitempo, 2016.

_____. *Esquerdas do mundo, uni-vos!*, São Paulo, Boitempo, 2018.

WEIL, E. Limites de la démocratie, *Evidences*, n. 13, octobre 1950, p. 35-39.

_____. Reponse to the Unesco Questionnaire on ideological conflicts concerning democracy in a World of tensions. In: McKEON, R (Ed.). *Democracy in a World of tensions: a symposium prepared by Unesco*. Chicago: University Chicago Press, 1951, p. 425-442. Trad. Judikael Castelo Branco, *Revista Argumentos* (UFC), ano 10, n. 19, jan./jun. 2018, p. 214-226.